

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CLARISSA HELENA LANDIM BARRETO

SOFRIMENTO PSÍQUICO E SOCIAL DE MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL:
Uma revisão sistemática de literatura

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

CLARISSA HELENA LANDIM BARRETO

SOFRIMENTO PSÍQUICO E SOCIAL DE MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL:
Uma revisão sistemática de literatura

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Marcos Teles do Nascimento

CLARISSA HELENA LANDIM BARRETO

SOFRIMENTO PSÍQUICO E SOCIAL DE MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL:

Uma revisão sistemática de literatura

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 04/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. ME. MARCOS TELES DO NASCIMENTO / UNILEÃO

Membro: PROF. DR. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR / UNILEÃO

Membro: PROFA. ME. FRANCISCA JANIELE FELIPE FEITOSA / UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

SOFRIMENTO PSÍQUICO E SOCIAL DE MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL:

Uma revisão sistemática de literatura

Clarissa Helena Landim Barreto¹
Marcos Teles do Nascimento²

RESUMO

Apesar do avanço da produção científica em Psicologia no Brasil, pouco se sabe sobre como essa área tem caracterizado o sofrimento específico vivenciado por mulheres lésbicas, cuja experiência permanece atravessada por múltiplas dimensões de opressão e frequentemente invisibilizada pela heteronormatividade. Diante, pois, da necessidade de apreender como o conhecimento psicológico tem abordado, ou negligenciado, as formas particulares de sofrimento psíquico e social que marcam a vida dessas mulheres, este estudo teve como objetivo geral analisar as produções científicas nacionais acerca do sofrimento psíquico e social vivenciado por mulheres lésbicas no contexto brasileiro. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura com caráter descritivo. A coleta de dados envolveu as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e definição da amostra final para análise qualitativa. Os dados foram examinados segundo uma perspectiva qualitativa e crítica, aplicando-se a Análise de Conteúdo. Os resultados revelam que o sofrimento psíquico e social de mulheres lésbicas é agravado pela interseccionalidade, sendo a discriminação estrutural, o atendimento heteronormativo e o despreparo profissional fatores que produzem profundos impactos psíquicos decorrentes da exclusão e da violência cotidiana. Como contribuição, a pesquisa oferece um arcabouço teórico-crítico relevante para a Psicologia e áreas afins, ampliando a compreensão sobre as experiências lésbicas e fortalecendo o compromisso ético da ciência com a visibilidade e o enfrentamento das opressões.

Palavras-chave: Interseccionalidade; mulheres lésbicas; gênero; heteronormatividade; sofrimento.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: clarissahelenalandimbarreto@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: marcosteles@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O sofrimento psíquico e social de mulheres lésbicas é um fenômeno complexo e ainda pouco explorado na produção científica nacional, especialmente na Psicologia (Gonçalves; Carvalho, 2019). Esse sofrimento resulta da articulação entre estruturas sociais normativas, heteronormatividade, sexismo e racismo, e as experiências subjetivas dessas mulheres, historicamente invisibilizadas e subalternizadas nos espaços públicos e privados (Butler, 2018).

O conceito central desta investigação é o de sofrimento ético-político, formulado por Sawaia (2001) em “As Artimanhas da Exclusão”, que compreende o sofrimento psíquico como expressão da tensão entre os desejos de dignidade, liberdade e pertencimento e os limites impostos por contextos de opressão e negação de direitos. A literatura evidencia que mulheres lésbicas enfrentam múltiplas formas de sofrimento psíquico e social. No plano psíquico, destacam-se angústia, baixa autoestima, isolamento, sentimentos de inadequação e crises de identidade, frequentemente associadas à rejeição familiar e à falta de reconhecimento social (Meyer, 2003).

Apesar dos avanços, persistem lacunas significativas na literatura. A escassez de revisões sistemáticas e a produção inconsistente refletem um processo histórico de silenciamento de existências. Conforme Spivak (2010) argumenta em “Pode o subalterno falar?”, há sujeitos cujas vozes são sistematicamente invisibilizadas ou apropriadas por discursos hegemônicos, impossibilitados de real expressão. As experiências de mulheres lésbicas, por exemplo, são frequentemente apagadas nos estudos de sexualidade e na própria Psicologia, evidenciando a atuação da subalternidade nos campos do saber.

Diante disso, a presente pesquisa parte da seguinte pergunta: como a literatura científica nacional em Psicologia tem caracterizado e respondido ao sofrimento específico vivenciado por mulheres lésbicas no Brasil, considerando suas múltiplas dimensões e contextos? Para responder a essa questão, tem-se como objetivo geral é analisar as produções científicas nacionais acerca do sofrimento psíquico e social vivenciado por mulheres lésbicas no contexto brasileiro.

Como desdobramentos desse objetivo, a pesquisa busca: (i) identificar os principais temas abordados na literatura acerca do sofrimento enfrentados por mulheres lésbicas; (ii) analisar como a literatura aborda a interseccionalidade no sofrimento da mulher lésbica (ex.: raça, classe); e (iii) discutir as lacunas e limitações nos artigos analisados sobre lesbianidade.

Este estudo situa-se em um país marcado por profundas desigualdades sociais e por um histórico de violências contra corpos dissidentes. O Brasil está entre as nações com maior índice

de crimes de ódio por orientação sexual e identidade de gênero, mas ainda possui produção acadêmica limitada sobre a realidade de mulheres lésbicas (Grupo Gay da Bahia, 2023). Nesse contexto, a Psicologia é chamada a exercer um papel político e ético, promovendo a visibilidade, a compreensão e o enfrentamento do sofrimento que atravessa essas existências.

Esta pesquisa, portanto, justifica-se pela necessidade de ampliar e analisar criticamente o conhecimento sobre um fenômeno socialmente relevante, porém pouco explorado pela academia, contribuindo para o avanço teórico da Psicologia e para práticas que promovam a saúde mental e a qualidade de vida de mulheres lésbicas no Brasil. A escolha do tema também expressa uma vivência e um posicionamento social, uma vez que a experiência enquanto mulher bissexual permite compreender os efeitos do silenciamento e do apagamento de certas identidades. Assim, dedicar o estudo às experiências lésbicas configura-se como um gesto político e ético de resistência à heteronormatividade e à lesbofobia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura com caráter descritivo. O enfoque descritivo permite a síntese e organização dos achados científicos sobre o sofrimento psíquico e social de mulheres lésbicas no contexto brasileiro, com o intuito de identificar lacunas e tendências na produção acadêmica e apontar direções para futuras investigações na área da Psicologia. Para assegurar o rigor metodológico e a transparência no processo de seleção e análise dos estudos, o trabalho adota as diretrizes do protocolo do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*.(PRISMA)

A coleta de dados foi realizada nas seguintes bases acadêmicas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A estrutura de busca nas bases de dados utilizou-se operadores booleanos: ("mulheres lésbicas" OR "lésbicas" OR "lesbianidade") AND ("sofrimento psíquico" OR "saúde mental" OR "sofrimento social") AND ("discriminação" OR "violência" OR "lesbofobia" OR "invisibilidade" OR "heteronormatividade").

Os critérios de inclusão abrangeram artigos científicos, dissertações e teses que abordassem o sofrimento psíquico e/ou social de mulheres lésbicas, realizados no Brasil ou com dados referentes à realidade brasileira, publicados entre janeiro de 2020 e novembro de 2025,

em língua portuguesa e com acesso ao texto completo. O processo de seleção foi conduzido de forma sistematizada e em etapas sucessivas, garantindo rigor metodológico e transparência.

Na fase de identificação, os registros obtidos nas buscas foram exportados para uma planilha contendo título, autor, ano, periódico, DOI e link de acesso, com remoção automática de duplicatas. Na fase de triagem, procedeu-se à leitura de títulos e resumos, excluindo estudos que não atendiam aos critérios, como pesquisas voltadas exclusivamente a homens gays, à população trans sem especificação de mulheres lésbicas, publicações fora do período definido ou em outros idiomas.

Os trabalhos pré-selecionados seguiram para a fase de elegibilidade, com leitura integral dos textos e aplicação refinada dos critérios de inclusão e exclusão. Foram eliminados os estudos indisponíveis na íntegra ou sem relação direta com o sofrimento psíquico e/ou social de mulheres lésbicas. Todas as exclusões foram devidamente registradas e justificadas. Por fim, os estudos que atenderam integralmente aos critérios compuseram a amostra final, analisada qualitativamente por meio da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016).

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Sofrimento ético-político e lesbofobia no Brasil

O sofrimento psíquico e social das mulheres lésbicas no Brasil deve ser compreendido a partir de uma análise que articula a opressão estrutural da sociedade e sua repercussão na experiência subjetiva dos indivíduos. Nesse sentido, os conceitos de violência estrutural e simbólica de Chauí (2018) e de sofrimento ético-político de Sawaia (2001) fornecem um referencial teórico que permite compreender a complexidade dessas vivências.

Chauí (2018) concebe a violência como um conjunto de práticas que desnaturalizam e coisificam os indivíduos, contrariando sua espontaneidade, liberdade e dignidade. A sociedade brasileira, caracterizada como oligárquica, verticalizada e hierarquizada, reproduz desigualdades sociais, políticas e culturais de forma naturalizada. Essa violência não se limita ao plano físico, mas se manifesta de maneira simbólica e ideológica, atravessando instituições como família, escola, trabalho e Estado.

Sawaia (2001) propõe o conceito de sofrimento ético-político para descrever a vivência subjetiva de indivíduos submetidos a estruturas de exclusão e opressão. Trata-se de uma experiência afetiva que emerge da condição de ser subalterno, impotente e desvalorizado socialmente. Essa condição impede o exercício da autonomia e da ação ética e política,

manifestando-se como tristeza, passividade e heteronomia diante das imposições sociais. A autora relaciona a diminuição da potência de agir com o impacto da exclusão social sobre o indivíduo. A alegria aumenta a autonomia e a capacidade de ação, enquanto a tristeza e a opressão reduzem a potência, consolidando a servidão e a internalização da desigualdade (Sawaia, 2001).

As análises de Chauí e Sawaia permitem estabelecer uma relação dialética entre opressão estrutural e sofrimento subjetivo. A violência estrutural e simbólica, descrita por Chauí, cria condições que geram o sofrimento ético-político como definido por Sawaia, haja vista que, a coisificação, a exclusão e a desqualificação dos indivíduos produzem experiências de impotência, passividade e limitação da autonomia.

Assim, a opressão social não é apenas um fenômeno externo, mas se reflete na vivência interna do sujeito, bloqueando sua participação ética e política. O sofrimento ético-político funciona como efeito direto das estruturas de poder e ideologias opressoras, mostrando que as desigualdades sociais não apenas marginalizam, mas também condicionam emocional e afetivamente os indivíduos a aceitar a subalternidade (Vitalli; Souza, 2023)

A heteronormatividade, como mostra Louro (2004), constitui uma forma de violência simbólica e estrutural, ao inscrever nos corpos uma sequência binária e compulsória de sexo-gênero-sexualidade. Os altos custos da não conformidade (Louro, 2004) convergem com a noção de sofrimento ético-político em Sawaia (2001), uma vez que a marginalização e a abjeção produzem experiências subjetivas de tristeza, impotência e limitação da potência de agir. Dessa forma, as análises de Chauí, Sawaia e Louro revelam a articulação entre estrutura, subjetividade e cultura na produção e manutenção das violências contra corpos dissidentes.

2.2.2 Heteronormatividade e apagamento histórico

A heteronormatividade, a heterossexualidade compulsória e a existência lésbica são conceitos centrais para compreender as relações de gênero e poder, bem como os mecanismos de controle que moldam a vida das mulheres. A heteronormatividade pode ser entendida como uma matriz de inteligibilidade cultural pela qual corpos, gêneros e desejos são naturalizados, operando como um regime de poder e discurso que ordena desejos, comportamentos, instituições e até mesmo a constituição do sujeito e da sexualidade (Butler, 1990).

Adrienne Rich (2010), ao introduzir o conceito de heterossexualidade compulsória, descreve-a como uma instituição política que retira o poder das mulheres, administrada,

organizada e mantida por força, de forma análoga a outros sistemas de opressão como o racismo ou o capitalismo.

Essa matriz cultural regula o gênero como uma relação binária na qual o masculino se opõe ao feminino, diferenciação estabelecida pelas práticas do desejo heterossexual. Conforme Butler (1990), para que os corpos sejam considerados coerentes, é imperativo que expressem um sexo estável por meio de um gênero igualmente estável, modo hierárquico, em oposição ao outro, e é legitimado pela heterossexualidade compulsória. A heterossexualidade, portanto, não é uma preferência natural, mas algo historicamente imposto, administrado e propagandeado (Simões; Carrara, 2014).

Rich (2010) concebe a heterossexualidade como uma instituição que, através de múltiplos mecanismos sociais, culturais e econômicos, garante a subordinação feminina. Esses dispositivos não apenas mantêm a heterossexualidade compulsória, mas também reforçam a subserviência feminina e o apagamento de alternativas, como a lesbianidade. Parte central desse mecanismo é o apagamento histórico da existência lésbica, entendido como a destruição de registros, memórias e narrativas que documentariam a vida e a experiência de mulheres que amaram e viveram com outras mulheres. Para a autora, esse processo é não apenas antilésbico, mas também antifeminista, pois distorce a experiência de todas as mulheres e enfraquece o movimento feminista ao ignorar uma fonte central de poder feminino potencial, a identificação entre mulheres.

No contexto brasileiro, autoras como Louro (2004) destacam que a heteronormatividade se manifesta pela centralidade da heterossexualidade como expressão “natural” da sexualidade, mesmo em discursos que pretendem ser inclusivos. A sexualidade é tratada como algo a ser explicado, normatizado e saneado, reforçando a marginalização das dissidências sexuais.

Historicamente, o movimento homossexual brasileiro, especialmente nos anos 1970-1980, priorizou as demandas dos homens gays, deixando em segundo plano a agenda lésbica (Louro, 2004). Ao reconhecer a lesbianidade como resistência ao patriarcado e à heteronormatividade, é possível compreender seu papel como ruptura de tabus e desafio ao direito masculino de acesso às mulheres (Wittig, 1980).

Wittig afirma que a lésbica está ‘fora das categorias de sexo’, desnaturalizando a oposição homem/mulher e revelando que estas são categorias políticas e não dados biológicos. Assim, a lesbianidade não é apenas uma prática sexual, mas um ponto de intervenção crítica que questiona e desestabiliza a ordem heteronormativa, permitindo novas formas de subjetividade e de relações sociais.

2.2.3. Violência estrutural e interseccionalidade nas vivências lésbicas

A compreensão da violência estrutural exige que se ultrapasse a noção de agressão física ou interpessoal. Trata-se de uma violência incorporada às próprias engrenagens da sociedade, naturalizada no funcionamento de instituições, políticas e práticas cotidianas que produzem desigualdades. Conforme Mayorga *et al.* (2013), essa violência se manifesta por meio de estruturas que perpetuam a desigualdade e normalizam hierarquias sociais, sobretudo nas relações de gênero e sexualidade. Neste contexto, a análise clássica de Rubin (1986) sobre o sistema sexo/gênero é fundamental, a autora demonstra como a heterossexualidade compulsória e a divisão binária entre masculino e feminino são tomadas como naturais, mas, na verdade, funcionam como construções culturais que organizam a dominação e legitimam práticas de exclusão.

Ao discutir a pluralidade das opressões, Curiel (2009) reforça que a categoria “gênero” isolada é insuficiente para explicar as experiências das mulheres, pois desconsidera que sexismo, racismo, classismo e heterossexualidade obrigatória estão interligados. Assim, a violência estrutural opera pela justaposição de diferentes mecanismos de subordinação que se retroalimentam. Wittig (2006) aprofunda esse debate ao afirmar que a diferença sexual não é um dado natural, mas produto da opressão, é a dominação que cria a categoria “sexo” e a apresenta como fundamento universal. Nesse quadro, Werneck (2006) mostra que mulheres negras no Brasil se constituíram como sujeitos políticos justamente a partir do enfrentamento a esse conjunto de violências, evidenciando como a colonialidade do poder e a escravidão moldaram estruturas racistas que permanecem até hoje.

Diante desse cenário, a interseccionalidade surge como ferramenta analítica e política indispensável. Conceito formulado por Crenshaw (1989), e aprofundado por autoras como Akotirene (2018), denuncia que racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado não atuam de forma isolada, mas como dimensões inseparáveis de um mesmo sistema de opressão. Essa perspectiva permite compreender que as vivências de mulheres lésbicas não podem ser reduzidas a apenas uma dimensão, gênero ou sexualidade, pois o que está em jogo é uma experiência atravessada por múltiplas estruturas simultâneas.

Como destacam Facchini (2005), a interseccionalidade revela que as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade colidem, produzindo vulnerabilidades específicas. Facchini (2005) complementam que, nesse sentido, a lesbofobia constitui uma violência particular, distinta da homofobia, pois está imbricada em relações de gênero e de poder que atribuem à mulher lésbica uma posição de anormalidade social.

Outro aspecto relevante é a invisibilidade das vivências lésbicas, que se configura como forma de violência simbólica e estrutural. Historicamente, o feminismo de segunda onda universalizou a categoria “mulher”, apagando diferenças de raça, classe e sexualidade (Mayorga *et al.*, 2013). Da mesma forma, o movimento homossexual, hoje LGBTQIA+, priorizou a noção de “orientação sexual” de forma descolada de gênero e raça, ocultando demandas específicas de lésbicas, travestis e transexuais (Facchini *et al.*, 2020). Essas exclusões não são apenas omissões políticas, mas funcionam como práticas de silenciamento e marginalização.

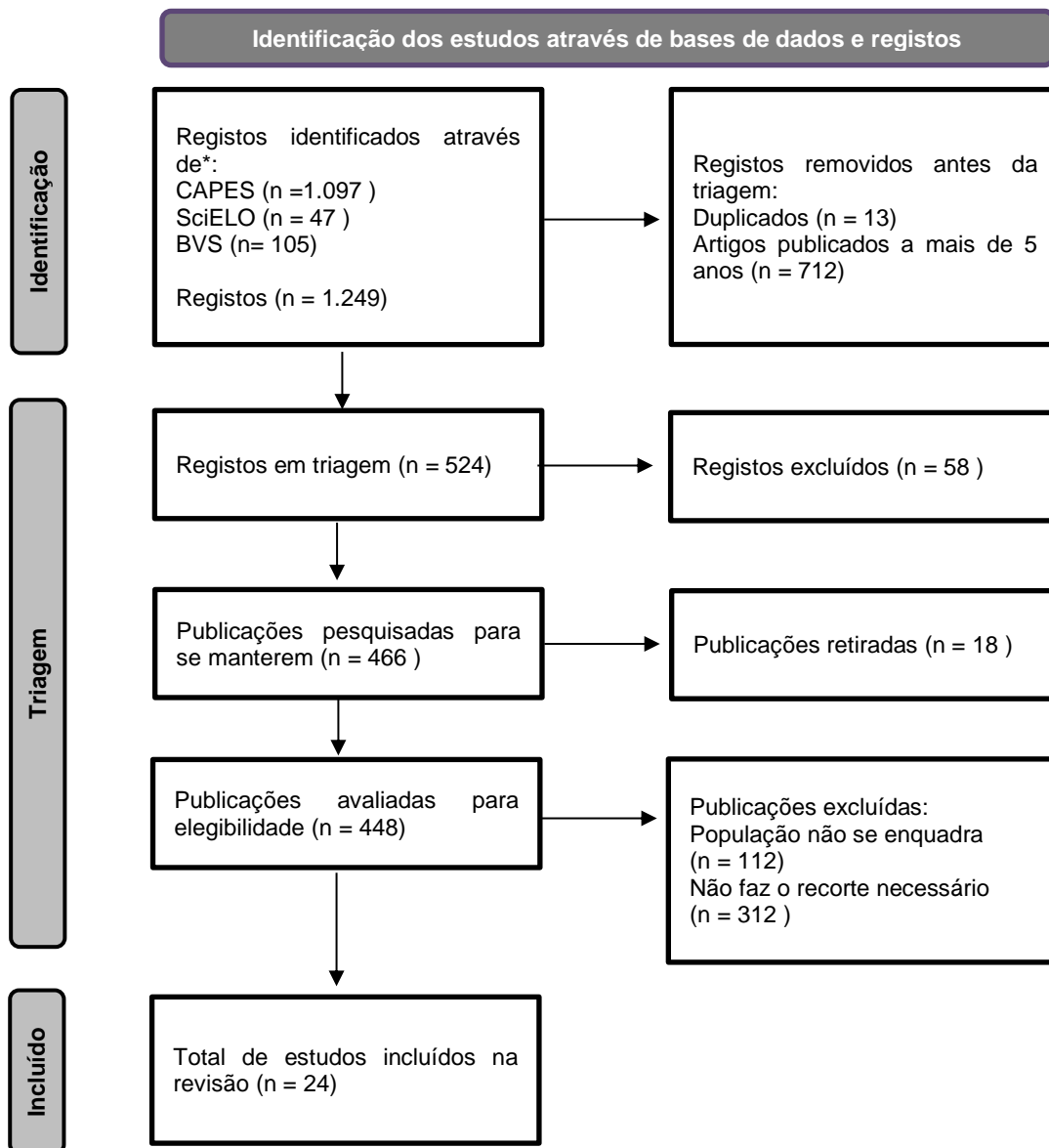
No caso de mulheres lésbicas negras, indígenas e periféricas, o impacto do racismo estrutural torna essas experiências ainda mais singulares. Akotirene (2018), a partir de Collins (2000), descreve a condição da mulher negra como a de uma ‘forasteira de dentro’, sempre tensionada entre pertencer e ser excluída, o que desafia as ciências sociais a reconhecer saberes produzidos fora do cânone eurocêntrico. Isso torna urgente uma análise descolonial, atenta às especificidades históricas e culturais desses sujeitos (Curiel, 2009).

Assim, ao articular violência estrutural, interseccionalidade e vivências lésbicas, compreende-se que não se trata apenas de denunciar desigualdades, mas de analisar como diferentes sistemas de dominação se entrecruzam e produzem experiências específicas de marginalização. Ao mesmo tempo, torna-se evidente que dessas mesmas condições emergem formas criativas de resistência, produção de conhecimento e construção de comunidades políticas que desestabilizam a ordem vigente.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca inicial realizada nas bases de dados, foram identificados 1.249 estudos, distribuídos da seguinte forma: CAPES (1.097), SciELO (47) e Biblioteca Virtual em Saúde (105). Em seguida, procedeu-se à leitura do material coletado e à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Foram excluídos: 712 artigos publicados há mais de cinco anos; 58 artigos redigidos em língua estrangeira; 18 estudos sem acesso aberto; 431 trabalhos que não abordavam a temática da lesbianidade ou não apresentavam recorte específico em mulheres lésbicas; e 13 artigos duplicados. Após esse processo, 24 artigos atenderam integralmente aos critérios de inclusão, compondo o corpus final analisado para a construção dos resultados do presente estudo, conforme apresenta a Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma PRSMA de identificação dos estudos.



Fonte: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71 (editado pela autora)

Considera-se que esse número é relativamente incipiente diante da relevância do tema e da magnitude do sofrimento psíquico e social vivenciado por mulheres lésbicas. Tal escassez de produção científica pode ser interpretada como um reflexo da invisibilidade estrutural dessas experiências e da lesbofobia institucional que historicamente atravessa a produção de conhecimento acadêmico, contribuindo para o apagamento das especificidades dessa população. Os estudos selecionados para esta revisão segundo o título, autor(es) e ano estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Estudos selecionados para revisão segundo título do artigo, autor e ano de publicação

Título	Autores	Ano
A mulher lésbica é mulher para a lei maria da penha?	Marcelo Maciel Ramos, Samantha Nagle Cunha de Moura.	2022
Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura	Romeu Gomes, Adriane das Neves Silva	2021
Análise do preconceito e da discriminação de profissionais de saúde contra usuárias lésbicas em unidades básicas de saúde	Clóvis Pereira Da Costa Júnior, Amanda Trajano Batista, Michael Augusto Souza De Lima.	2023
“Branca é lésbica e preta é sapatona oh o erro?!“:	Ângela Figueiredo, Euma Ferreira De Sousa.	2023
Engendrando novos territórios políticos: um caso de resistência lésbica periférica	Suane Felipe Soares.	2021
(In)visibilidade lésbica na saúde: análise de fatores de vulnerabilidade no cuidado em saúde sexual de lésbicas	Ana Alayde Werba Saldanha, Michael Augusto Souza de Lima.	2020
Investigando as violências sofridas por mulheres lésbicas universitárias	Tatiana Machiavelli do Carmo Souza, Mariana Neves Franco, Izabela Assis Rocha.	2021
Lesbianidades negras: da invisibilidade à luta por políticas públicas	Carmen Corato, Tharine Soares Braga.	2021
Marcas de uma cultura lesbofóbica em narrativas de docentes lésbicas	Raquel Weiss, Camila Bonin Liebgott.	2020
Movimento lésbico-interseccional no nordeste	José Adailton Sousa Dos Santos.	2024
Mulheres lésbicas e violência: análise das notificações de violência no estado do Rio Grande do Sul	Taise Cristina Garcia, Mariane, Martins e Silva, Daniel Canavese, Aline Armiliato Baldigen.	2021
Mulheres, pretas e lésbicas: repensando a saúde mental	Nivia Vasconcelos, José Pascoal Mantovani.	2023
O processo de envelhecimento e as redes de sociabilidade lésbica na cidade de Belo Horizonte entre os anos 1970 e 2000	Alessandra Sampaio Chacham, Janice Aparecida de Souza.	2023
O reconhecimento de existências lésbicas e a lesbofobia no ensino superior	Amanda Pedroso, Marco Antônio Torres.	2020
Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil	Camila Rocha Firmino.	2020
Podem as lésbicas falar? Chanacomchana enquanto espaço de resistência e visibilidade.	Letícia Emília Batista.	2023
Professoras lésbicas: em que raios de silêncio podemos encontrá-las	Maria Inez Da Silva De Souza, Carvalho Zuleide Paiva Da Silva.	2023
Saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde: relatos de mulheres lésbicas	Letícia Becker Vieira, Camilla Alessandra Schneck, Rosana Maffaccioli, Juliana St. Nicole Ketzler.	2022

Toxicidade e violência entre mulheres: um estudo exploratório das vivências abusivas em casais lésbicos	Leila Frayman, Mino Correia Rios, Bruna Ferraroli.	2023
Uma análise dos discursos do ‘dossiê sobre lesbocídio no Brasil’	Marcos Nalli, Maria Giulia Lima Carlessi.	2021
Violência contra adolescentes lésbicas no ambiente escolar e suas consequências: revisão integrativa	Cândida Maria Rodrigues dos Santos, Iracema da Silva Frazão, Letícia de Almeida Batista Correia.	2021
Visibilidade lésbica: existência como resistência	Moisés Alessandro de Souza Lopes, Kamylla Cavalcante Taques Dos Reis.	2020
“Vó, a senhora é lésbica?”: heterossexualidade compulsória e lesbianidades plurais em Natalia Borges Polesso	Larissa Dias Barbosa	2023

Fonte: Quadro desenvolvido pela própria autora.

Para o tratamento e interpretação dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2016), por se tratar de uma técnica sistemática rigorosa, adequada para análise de documentos e textos científicos. Essa abordagem permitiu identificar os sentidos presentes nos artigos selecionados, de forma a compreender as manifestações do sofrimento psíquico e social de mulheres lésbicas a partir do contexto cultural e político em que estão inseridas.

A análise foi conduzida em três etapas principais, conforme o método de Bardin: Pré-análise: realizou-se a leitura flutuante dos 24 artigos incluídos na revisão, destacando trechos que abordavam sofrimento psíquico, discriminação, experiências de violência, estratégias de enfrentamento e aspectos interseccionais. I) pré-análise: fase de organização do material de modo a construir um *corpus* de análise, II) exploração do material: a exploração ocorre pelo processo de codificação e decomposição do conteúdo presente no material em verificação, III) tratamento dos resultados, inferência e interpretação: se realiza inferências e interpretações a partir das categorias realizadas.

A análise dos 24 artigos selecionados permitiu identificar padrões e temas recorrentes na literatura sobre mulheres lésbicas no Brasil. Os estudos foram organizados em cinco eixos temáticos principais: (a) lesbofobia e estigmatização social; (b) invisibilidade e apagamento; (c) vulnerabilidade e prejuízos no cuidado em saúde; (d) violências explícitas e interseccionais; (e) impactos psicossociais e violência entre parceiras íntimas.

No que diz respeito ao primeiro objetivo desta pesquisa, qual seja, identificar os principais temas acerca do sofrimento enfrentados por mulheres lésbicas, a análise revelou que a lesbofobia constitui um núcleo de violência específica e um mecanismo político voltado para

a opressão, dominação e subordinação social das lésbicas, opondo-se à heterossexualidade compulsória e à ordem patriarcal (Sousa; Figueredo, 2022). O sofrimento decorrente dessa violência se manifesta de diferentes formas.

Uma primeira dimensão refere-se à chocância e ao desvio da norma. A vivência lésbica, especialmente quando interseccionada a outros marcadores sociais, é percebida como “desviante” e “antinatural” (Lima *et al.*, 2023). As lésbicas são historicamente construídas como desviantes pela moral ocidental compartilhada (Liebgott; Weiss, 2020), e a lesbianidade é apresentada como uma conduta incompreensível e anormal dentro do discurso jurídico (Moura; Ramos, 2022).

A manifestação da lesbofobia se expressa, por sua vez, na desumanização, na exclusão e na não aceitação da diferença (Silva; Carvalho, 2023). Mulheres lésbicas desafiam os papéis de gênero socialmente atribuídos, como feminilidade e heterossexualidade (Moura; Ramos, 2022), o que as coloca em confronto direto com as normas patriarcais. O corpo lésbico, nesse contexto, continua sendo considerado antinatural ou “sodomita”, um imaginário construído a partir da visão da Igreja Cristã e da Bíblia (Liebgott; Weiss, 2020).

A heterossexualidade compulsória constitui um sistema que impõe a heterossexualidade como padrão social, deslegitimando vivências afetivo-sexuais não heterossexuais (Lima *et al.*, 2023). Tal sistema opera como uma matriz orientada pelo dimorfismo sexual e pelo privilégio masculino (Torres; Pedroso, 2020), mascarando seu caráter compulsório por meio de um discurso naturalizado (Batista, 2023).

O apagamento da existência lésbica resulta em um sofrimento marcado pelo ‘não-lugar’ social e pela dificuldade em acessar direitos e reconhecimento (Polidoro *et al.*, 2020). Esse processo se desdobra em diferentes dimensões que reforçam a exclusão e a marginalização das experiências lésbicas.

A invisibilidade institucional e legal é uma das formas mais persistentes desse apagamento. Observa-se uma ausência significativa de reconhecimento das lésbicas nos serviços de saúde (Lima; Saldanha, 2020). Tal invisibilidade constitui um problema da ordem do conhecimento, configurando-se como uma injustiça epistêmica que fragmenta a ciência ao não reconhecer a especificidade da violência sofrida por essas mulheres (Silva; Carvalho, 2023). Além disso, a ausência de dados oficiais limita a mensuração da violência contra lésbicas, dificultando a formulação de políticas públicas adequadas (Polidoro *et al.*, 2020).

Outra expressão dessa dinâmica é o silêncio e o “armário”, que produzem sofrimento psíquico e social. Muitas mulheres lésbicas sentem a necessidade de manter sua sexualidade em segredo para obter aceitação (Silva; Carvalho, 2023). No contexto educacional, por

exemplo, estar “no armário” é uma condição frequente para professoras lésbicas (Liebgott; Weiss, 2020). Apesar dos riscos associados à visibilidade, “sair do armário” pode acarretar custos menores do que o ocultamento, que frequentemente gera angústia e isolamento (Souza; Chacham, 2023). O silenciamento das práticas e identidades lésbicas, portanto, contribui para a dificuldade em compreender plenamente os problemas enfrentados por esse grupo (Reis; Lopes, 2020).

Observa-se também o impacto da invisibilidade na velhice, fase em que o estigma e o apagamento tornam-se ainda mais marcantes. As lésbicas idosas enfrentam desafios agravados pela combinação entre envelhecimento, estigma e invisibilidade social (Souza; Chacham, 2023). A demonstração pública de afeto entre mulheres idosas, quando apresentada em obras cinematográficas, costuma ser rotulada como ‘mau exemplo’ ou “exposição desnecessária”, o que evidencia o incômodo social com a lesbianidade na velhice (Souza; Chacham, 2023).

Mulheres lésbicas enfrentam uma situação de maior vulnerabilidade em saúde, influenciada por elementos programáticos, individuais e sociais (Lima; Saldanha, 2020). Essa vulnerabilidade se manifesta de diversas formas, refletindo a estrutura heteronormativa que ainda orienta o campo da saúde e as práticas profissionais.

Uma das principais expressões desse cenário é o atendimento heteronormativo, frequentemente permeado por estereótipos de gênero e sexualidade, o que resulta em uma Atenção Primária à Saúde (APS) de qualidade reduzida. Profissionais da saúde tendem a reproduzir o *habitus* heteronormativo, conduzindo os cuidados como se as mulheres lésbicas fossem heterossexuais (Silva; Gomes, 2021). Além disso, alguns profissionais levam para o contexto do cuidado crenças religiosas pessoais que compreendem a heterossexualidade como algo agradável a Deus (Lima *et al.*, 2023).

O despreparo profissional também é um fator recorrente nas experiências de mulheres lésbicas com os serviços de saúde. Profissionais são frequentemente percebidos como despreparados para lidar com as relações lésbicas e, por consequência, deixam de fornecer orientações adequadas (Ketzner *et al.*, 2022). A carência de conhecimento sobre as práticas sexuais entre mulheres restringe a oferta de serviços e de informações apropriadas. Em muitos casos, observa-se a adoção de uma “prática padrão de atendimento”, que aplica um “combo” de procedimentos, como exame citopatológico e métodos anticoncepcionais, sem considerar a realidade lésbica (Ketzner *et al.*, 2022).

As barreiras de acesso aos serviços de saúde também se configuram como um importante obstáculo. A decisão de revelar a orientação sexual aos profissionais é uma das principais barreiras enfrentadas, uma vez que está associada ao medo de discriminação e

preconceito (Lima *et al.*, 2023). Essa invisibilidade compromete a efetivação do que está previsto nos documentos oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS), como a *Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde*, que garante um atendimento acolhedor e livre de discriminação (Reis; Lopes, 2020).

A vulnerabilidade a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) evidencia mais uma dimensão das desigualdades no cuidado em saúde. Os métodos preventivos disponíveis não são próprios nem pensados para a prevenção entre mulheres, sendo, na maioria das vezes, adaptações de itens destinados a outras finalidades (Lima; Saldanha, 2020). A ausência de informações específicas, somada ao mito da imunidade entre mulheres, contribui significativamente para a vulnerabilidade desse grupo (Ketzer *et al.*, 2022).

No tocante ao segundo objetivo dessa pesquisa, isto é, analisar como a literatura aborda a interseccionalidade no sofrimento da mulher lésbica, a análise indicou que o sofrimento das mulheres lésbicas é agravado pelo cruzamento de diferentes opressões, culminando em violência letal e em formas específicas de agressão (Correia *et al.*, 2021). Essas violências assumem múltiplas expressões, a dimensão mais extrema dessa realidade é o lesbocídio e a violência letal. O *Dossiê sobre Lesbocídio* evidencia o aumento dos crimes cometidos contra lésbicas, cujas mortes são motivadas unicamente pelo ódio à condição de lesbianidade (Carlessi; Nalli, 2018). O suicídio, nesse contexto, também é compreendido como uma forma de lesbocídio, resultante do isolamento e do preconceito (Braga; Corato, 2021). O Brasil, segundo dados do Grupo Gay da Bahia (Polidoro *et al.*, 2020), figura entre os países com maiores índices de assassinatos de pessoas LGBTQ+, o que reforça o caráter estrutural dessa violência.

As violências de gênero e sexual também configuram uma dimensão significativa desse sofrimento. Lésbicas cis e trans são alvos de violências interpessoais e autoprovocadas (Polidoro *et al.*, 2020), que incluem desde estupros “corretivos”, praticados com o intuito de forçar o retorno à heterossexualidade, até a negação ou omissão de cuidados (Braga; Corato, 2021). Tais violências podem ser físicas, como agressões com pedaços de madeira, facão e uso de força física, ou psicológicas, motivadas por LGBTfobia (Polidoro *et al.*, 2020).

A interseccionalidade revela como o entrecruzamento de raça, gênero, classe e sexualidade intensifica a vulnerabilidade das mulheres lésbicas, especialmente das mulheres negras (Braga; Corato, 2021) Mulheres negras lésbicas, ou ‘sapatonas’, enfrentam múltiplas formas de opressão, incluindo racismo, sexismo, lesbofobia e preconceito de classe. As violências resultantes da branquitude e da heterossexualidade compulsória produzem o apagamento de suas histórias e identidades (Lima; Saldanha, 2020). Em termos hierárquicos, a

mulher negra é socialmente destinada a ocupar o último espaço na estrutura social (Polidoro *et al.*, 2020).

O sofrimento mental das mulheres lésbicas é um resultado direto da lesbofobia e do estigma social que as atravessa (Correia *et al.*, 2021). As experiências de discriminação, preconceito e exclusão produzem impactos psicossociais profundos, que se refletem tanto na saúde mental quanto nas dinâmicas relacionais.

No que se refere à saúde mental e ao desgaste psicoemocional, observa-se que o preconceito e a discriminação afetam diretamente o bem-estar psicológico, resultando em desgastes psicoemocionais, quadros depressivos e aumento do risco de suicídio (Silva; Gomes, 2021). O isolamento da rede familiar e de amigos, o uso abusivo de álcool e drogas, e a autculpabilização decorrente da lesbofobia internalizada são consequências diretas da repressão social (Correia *et al.*, 2021).

Os tipos de abuso em relações lésbicas são descritos principalmente em três dimensões (Amaral; Frayman; Rios, 2023). A primeira delas é a manipulação, caracterizada por táticas manipuladoras, comportamentos passivo-agressivos, distorção dos fatos e vitimização, aspectos que se destacam nas vivências de relacionamentos abusivos entre lésbicas. A segunda dimensão é a submissão e o isolamento, marcados pela perda de laços sociais e por sentimentos de vulnerabilidade e subordinação. Por fim, a dimensão do descontrole e culpa envolve dinâmicas de agressão, descontrole emocional e subsequente remorso (Amaral; Frayman; Rios, 2023).

A dificuldade de denúncia também constitui um fator agravante. Lésbicas que buscam auxílio em delegacias para relatar situações de violência conjugal frequentemente enfrentam a homofobia presente no Sistema de Justiça Criminal, além do medo da dupla estigmatização social (Moura; Ramos, 2022). A violência doméstica em relacionamentos homossexuais entre mulheres é, quando muito, tratada como um apêndice da violência doméstica heterossexual, o que evidencia a ausência de um olhar específico sobre essas experiências (Moura; Ramos, 2022).

A análise dos artigos sobre o sofrimento da mulher lésbica demonstra que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica indispensável para compreender as violências e vulnerabilidades que as atravessam, moduladas pelo cruzamento de opressões baseadas em raça, classe, geração e território. O sofrimento nunca é homogêneo, mas sim um produto da interação entre múltiplos marcadores sociais (Liebgott; Weiss, 2020).

O cruzamento de opressões de raça, gênero e sexualidade é o eixo mais destacado nas fontes para explicar a violência e o sofrimento da mulher lésbica. Mulheres negras lésbicas (ou

sapatonas) enfrentam vulnerabilidades específicas devido à intersecção de raça, gênero, classe e sexualidade (Sousa; Figueredo, 2022).

A violência letal (lesbocídio) também possui um recorte racial acentuado, sendo o racismo uma forma de opressão que se soma à lesbofobia (Braga; Corato, 2021). O Dossiê sobre Lesbocídio (2014-2017) ressalta a necessidade de conectar o lesbocídio ao racismo (Carlessi; Nalli, 2018), já que o perfil das vítimas aponta que 42% eram mulheres negras (Braga; Corato, 2021). O assassinato de Luana Barbosa, mulher negra, lésbica, mãe e periférica, vítima de espancamento policial, ilustra como os marcadores sociais se cruzam em violências letais (Braga; Corato, 2021). Ademais, em casos de lesbocídio, as investigações podem ser prejudicadas por conclusões apressadas que associam a pobreza das vítimas à criminalidade, sobretudo quando envolvem a população negra (Carlessi; Nalli, 2018).

O debate sobre a nomenclatura da identidade lésbica também é atravessado pela raça e pela classe. O termo “sapatão” carrega símbolos identitários estruturais de raça e classe, sendo historicamente usado para discriminar mulheres negras e periféricas que se relacionam estritamente com mulheres. No entanto, a ressignificação do termo “sapatão” por essas mulheres o torna uma palavra potencializadora de suas experiências, subvertendo a ordem dominante (Sousa; Figueredo, 2022).

A condição de classe social é fundamental para determinar a vulnerabilidade, o acesso a recursos e as dinâmicas de poder. O passado escravocrata e patriarcal legou uma disparidade salarial severa: o rendimento médio real de uma mulher branca é mais de mil reais superior ao das mulheres negras, evidenciando que falar de desigualdade social implica falar de implicações raciais e sexuais (Braga; Corato, 2021). Lésbicas pertencentes à classe trabalhadora empobrecida, em sua maioria negras, muitas vezes não possuem recursos financeiros próprios, são responsáveis pelo cuidado de familiares e enfrentam longas jornadas de trabalho (Soares, 2021).

A idade é um marcador que define as experiências de visibilidade, socialização e estigma, desde a juventude até a velhice. Adolescentes lésbicas sofrem violência e vitimização no ambiente escolar, o que resulta em taxas significativamente maiores de risco de suicídio, ansiedade e depressão, comparadas a adolescentes que não fazem parte das minorias sexuais (Correia *et al.*, 2021).

No ambiente universitário, mulheres lésbicas vivenciam a lesbofobia frequentemente na forma de invisibilização e fetichização. A tentativa de se adequar aos padrões heterossexuais das colegas causa sofrimento e desmotiva a reafirmação da sexualidade (Torres; Pedroso,

2020). Ainda, o “conflito geracional” foi identificado como motivo de violência notificada contra mulheres trans no Rio Grande do Sul (Polidoro *et al.*, 2020).

O contexto geográfico, especialmente o território periférico e as regiões historicamente marginalizadas, constitui um fator de opressão e, paradoxalmente, também de articulação política. A intersecção da sexualidade com o território periférico aumenta as vulnerabilidades, sobretudo para mulheres negras lésbicas/sapatonas em Salvador/BA (Sousa; Figueredo, 2022). Mulheres residentes em regiões marginais do Rio de Janeiro enfrentam longos trajetos diários e rotas perigosas, o que cerceia o ir e vir lésbico (Soares, 2021)

No Nordeste, a herança da colonização cristã molda um território onde emergem preconceitos e violências direcionadas aos corpos dissidentes de gênero e sexualidade, além de manifestações de racismo e machismo (Santos, 2024). Apesar disso, a resistência coletiva se fortalece em iniciativas regionais, como o Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), em Natal/RN, que aborda explicitamente a interseccionalidade e luta contra o racismo, o preconceito de classe e a discriminação por orientação sexual, com maior frequência de participantes oriundas de bairros periféricos da zona norte da cidade. O grupo também ofereceu cestas básicas a famílias LGBTQIA+ e mulheres negras durante a pandemia, reconhecendo a vulnerabilidade interseccional (Santos, 2024)

Estudos sobre violência no SUS reconhecem as limitações impostas pela circunscrição regional dos dados, como no caso do Rio Grande do Sul, onde o campo de identidade de gênero no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é incompleto e não inclui a alternativa “cis”, o que dificulta o traçado preciso do perfil das vítimas e a elaboração de políticas abrangentes (Lima; Saldanha, 2020).

No que diz respeito a discutir as lacunas e limitações nos artigos sobre lesbianidade, isto é, último objetivo desta pesquisa, observou-se que as limitações sobre o sofrimento e a violência contra mulheres lésbicas, abrangendo aspectos metodológicos, epistêmicos, estruturais (dados oficiais) e de aplicação prática, não são meros obstáculos técnicos, mas sim a materialização da violência estrutural e simbólica (Chauí, 2018). A baixa produção científica e a ausência de dados oficiais refletem a injustiça epistêmica e o apagamento histórico (Rich, 2010) imposto pela heteronormatividade, que desqualifica a experiência lésbica como saber legítimo.

Essa falha estrutural impede a mensuração do problema e a formulação de políticas, bloqueando a ação ética e política do Estado e a plena potência de agir (Sawaia, 2001) das lésbicas. Além disso, vieses metodológicos não abrangentes reproduzem a invisibilização das vivências interseccionais (Crenshaw, 1989), especialmente de mulheres negras e periféricas. Por fim, a persistência do atendimento heteronormativo e a rigidez da aplicação legal (Lei Maria

da Penha) são mecanismos de violência simbólica que reforçam o sofrimento ético-político, sustentando o alto custo da não-conformidade (Louro, 2004) nas instituições.

Diversos estudos apontam restrições inerentes às suas metodologias, o que dificulta a generalização ou o aprofundamento dos resultados. Alguns deles destacam que os resultados sobre vulnerabilidade à saúde de lésbicas não devem ser considerados conclusivos, dada a natureza dinâmica das transformações estruturais em curso no cuidado dessa população. Estudos de natureza qualitativa também apresentam limitações de contextualização temporal (Lima; Saldanha, 2020).

Um estudo focado na Atenção Primária à Saúde (APS) identificou como limitação a ausência da perspectiva dos profissionais de saúde em relação aos relatos das participantes lésbicas (Ketzer *et al.*, 2022). Além disso, foi observada dificuldade de recrutamento para grupos focais, uma vez que muitas mulheres acessam serviços privados ou se identificam como bissexuais, o que implicaria demandas distintas (Ketzer *et al.*, 2022).

Em pesquisas sobre relacionamentos abusivos, as amostras apresentaram viés geográfico e social, concentrando-se na região Sudeste, em faixas etárias entre 20 e 40 anos e com alto nível de escolaridade, o que inviabiliza a generalização dos resultados (Amaral; Frayman; Rios, 2023). Estudos com foco regional restrito, como o de Santos (2024), também reconhecem que contemplam apenas realidades locais, demandando novas investigações em outros contextos.

O uso de métodos quantitativos com perguntas objetivas limita o aprofundamento de aspectos relevantes e reforça a necessidade de pesquisas qualitativas. Soma-se a isso o déficit de estudos sobre casais lésbicos, especialmente no contexto de relacionamentos abusivos (Amaral; Frayman; Rios, 2023). O campo de estudo sobre lesbianidade e lesbofobia ainda é recente e apresenta baixa produção acadêmica, o que exige maior atenção dos pesquisadores (Liebgott; Weiss, 2020).

A hegemonia da heterossexualidade na produção científica gera invisibilidade lésbica (Liebgott; Weiss, 2020), caracterizando uma injustiça epistêmica. Essa forma de exclusão reflete o não reconhecimento das professoras lésbicas como sujeitas produtoras de conhecimento, dificultando sua capacidade de conhecer e de difundir o pensamento lésbico como bem público (Silva; Carvalho, 2023).

Nos estudos internacionais, é recorrente o uso do termo “homofobia” em vez de “lesbofobia”, o que também contribui para o apagamento específico das experiências lésbicas (Silva; Carvalho, 2023). A ausência de dados estatísticos oficiais sobre a realidade das lésbicas

constitui uma limitação estrutural grave, afetando principalmente as áreas da violência letal e da saúde (Polidoro *et al.*, 2020).

A violência lesbofóbica permanece invisível nos registros de violência contra a mulher (Firmino, 2020). Além disso, o sistema nacional de informações sobre violência de gênero ainda não está plenamente implementado (Moura; Ramos, 2022). Há evidências de subnotificação e racismo institucional, uma vez que as notificações de violência são mais frequentes entre mulheres lésbicas brancas, o que pode refletir a subnotificação de casos envolvendo mulheres negras (Polidoro *et al.*, 2020).

As deficiências na investigação de lesbocídios também são significativas: muitos casos são tratados apenas como feminicídios, o que indica a falta de qualificação e treinamento de equipes policiais e periciais (Firmino, 2020). Ademais, a Ficha de Notificação do SINAN não contempla adequadamente identidades fora da heteronormatividade, dificultando a identificação precisa de violências contra lésbicas (Polidoro *et al.*, 2020).

Profissionais também demonstram defasagem de conhecimento, inabilidade de comunicação e omissão diante das demandas de saúde das mulheres lésbicas (Ketzer *et al.*, 2022). Em alguns casos, pressupõem ausência de risco de infecção em relações entre mulheres, o que evidencia a necessidade de educação em saúde e orientação ginecológica (Reis; Lopes, 2020). Além disso, persiste a falta de políticas públicas especializadas que garantam os direitos humanos das mulheres lésbicas negras, considerando os múltiplos marcadores de opressão (Reis; Lopes, 2020).

A aplicação da Lei Maria da Penha em casos de violência entre mulheres lésbicas enfrenta barreiras estruturais e simbólicas, sustentadas por estereótipos de gênero heterossexistas (Moura; Ramos, 2022). A moldura teórica heterocentrada da lei, originalmente pensada no contexto de relações heterossexuais, é limitante, pois pressupõe o binário “homem agressor” e “mulher vítima”. O feminismo institucionalizado também foi domesticado pelo conservadorismo heterossexista de juízes e operadores do direito, restringindo a aplicação da lei (Moura; Ramos, 2022).

Os estereótipos judiciais exigem a comprovação de fragilidade, hipossuficiência ou inferioridade física da vítima, reproduzindo o discurso binário de “vítima impotente” (feminina) e “agressor poderoso” (masculino). Assim, a mulher lésbica é muitas vezes excluída da categoria de “mulher” protegida pelo legislador penal (Moura; Ramos, 2022).

Ainda de acordo com Moura e Ramos (2022), a ausência da interseccionalidade na interpretação jurídica da violência doméstica tem raízes históricas na fragilidade dos

movimentos lésbicos autônomos no Brasil. A própria perspectiva de gênero na Lei Maria da Penha ainda permanece marcada por uma compreensão heterocentrada.

Pode-se afirmar, portanto, que o sofrimento das mulheres lésbicas no Brasil configura um claro exemplo de Sofrimento Ético-Político (Sawaia, 2001), emergindo da violência estrutural e simbólica (Chauí, 2018) que permeia a sociedade. A lesbofobia e estigmatização social atuam como a própria manifestação dessa violência estrutural, que desnaturaliza e coisifica o corpo lésbico, contrariando sua dignidade e reduzindo sua potência de agir (Sawaia, 2001). Essa desqualificação é reforçada pela invisibilidade e apagamento, uma violência simbólica que nega o lugar social e o reconhecimento epistêmico às lésbicas, limitando sua autonomia e consolidando a subalternidade.

A manifestação da lesbofobia na forma de violências explícitas e interseccionais, como o lesbocídio e o racismo estrutural contra lésbicas negras, é a face mais brutal da hierarquia social brasileira (Chauí, 2018), que impede o pleno exercício dos direitos. Além disso, a reprodução do *habitus* heteronormativo no campo da saúde, gerando vulnerabilidade e prejuízos no cuidado em saúde, é um mecanismo que se assemelha à "ideologia da competência" (Chauí, 2018), que desqualifica e culpabiliza as oprimidas. Contudo, essa condição de subalternidade, que gera tristeza e impotência, carrega em si o germe da resistência. A busca por visibilidade e a articulação em redes coletivas representam o esforço contínuo para reafirmar a potência de agir (Sawaia, 2001), subvertendo a ordem hegemônica e transformando a experiência de dor individual em luta coletiva por reconhecimento ético e político.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram que o sofrimento da mulher lésbica configura-se, predominantemente, como um sofrimento ético-político, resultante da violência estrutural imposta pela heteronormatividade compulsória. A lesbofobia constitui o núcleo central dessa violência, manifestando-se tanto em agressões explícitas, como o lesbocídio e o estupro corretivo, quanto em práticas sutis de invisibilização e apagamento institucional.

A pesquisa identificou que o sofrimento é agravado pela interseccionalidade, sendo as mulheres negras lésbicas/sapatonas as que enfrentam maior vulnerabilidade em razão do entrecruzamento de opressões como o racismo, o classismo e a lesbofobia. Esse apagamento se expressa também na escassez de dados oficiais e na persistente injustiça epistêmica no campo acadêmico.

No âmbito da saúde, o predomínio de um atendimento heteronormativo e o despreparo profissional constituem barreiras significativas, resultando na subnotificação de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e na evasão dos serviços. Sob a perspectiva psicológica, a discriminação recorrente está associada a quadros de depressão, isolamento social e maior risco de suicídio, configurando um intenso desgaste psicoemocional.

Apesar desse cenário adverso, o estudo destaca a força da resistência coletiva e a ressignificação identitária, expressa, por exemplo, na apropriação política do termo ‘sapatão’, como estratégias de afirmação e de reconstrução da potência de agir diante da opressão. Como principal contribuição acadêmica, este trabalho consolida e analisa criticamente a produção científica nacional em Psicologia acerca do sofrimento ético-político e social de mulheres lésbicas, um tema historicamente negligenciado e invisibilizado. Ao sistematizar um conhecimento até então disperso, o estudo oferece um arcabouço teórico-crítico relevante para a Psicologia e áreas afins.

A principal limitação metodológica da pesquisa refere-se ao recorte geográfico e linguístico adotado, uma vez que a coleta de dados se restringiu a produções científicas em língua portuguesa e com foco na realidade brasileira. Diante disso, recomenda-se a realização de uma nova revisão sistemática da literatura que inclua estudos publicados em outros idiomas, como inglês, espanhol e francês, a fim de mapear o conhecimento produzido em escala global. Tal ampliação permitiria integrar modelos teóricos e metodologias de intervenção desenvolvidos em outros contextos socioculturais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

AMARAL, B. F.; FRAYMAN, L.; RIOS, M. C. Toxicidade e violência entre mulheres: um estudo exploratório das vivências abusivas em casais lésbicos. **Revista Foco**, v. 16, n. 10, p. 01-21, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3291>. Acesso em: 02 out. 2025.

BARBOSA, L. D. “Vó, a senhora é lésbica?”: heterossexualidade compulsória e lesbianidades plurais em Natalia Borges Polesso. **Scripta**, v. 27, n. 61, p. 135-162, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/31326/22102>. Acesso em: 12 set. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3 Reimp. da 1 Ed. São Paulo: EDIÇÕES 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

BATISTA, L. E. Podem as lésbicas falar? Chanacomchana enquanto espaço de resistência e visibilidade. **Revista TransVersos**, v. 1, n. 29, p. 10-30, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/79145/48766>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRAGA, T. S.; CORATO, C. Lesbianidades Negras: da invisibilidade à luta por políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 81-109, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12647>. Acesso em: 25 set. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARLESSI, M. G. L; NALLI, M. A. G. Uma análise dos discursos do ‘Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil’: A construção de um crime. **Gênero e Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 175-185, 2018. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1024>. Acesso em: 12 set. 2025.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2018.

CORREIA, L. A. B. *et al.* Violência contra adolescentes lésbicas no ambiente escolar e suas consequências: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/20256/18134>. Acesso em: 12 set. 2025.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, Garamond, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1232/facchini-regina.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

FACCHINI, R.; CARMO, Í. N.; LIMA, S. P. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. 01-22, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KkBXLLPzyYtPn5FHgk3kMLC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2025.

FIRMINO, C. R. Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kmqLxySVTkps8qyP7YWWVCC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

GONÇALVES, J. A.; CARVALHO, A. R. R. F. Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática. **Revista Gênero**, v. 20, n. 1, p. 135-156, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Rosa-Rebelo-De-Carvalho/publication/339321253_LESBIANIDADE_E_PSIKOLOGIA_NA_CONTEMPORANEIDADE_UMA_REVISAO_SISTEMATICA/links/5f90a299458515b7cf936b80/LESBIANIDADE-E-PSICOLOGIA-NA-CONTEMPORANEIDADE-UMA-REVISAO-SISTEMATICA.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório 2023 de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil. Salvador: GGB, 2023.** Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

KETZER, N. *et al.* Saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde: relatos de mulheres lésbicas. **Rev. Baiana Enferm**, v. 36, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502022000100318. Acesso em: 12 set. 2025.

LIEBGOTT, C. B.; WEISS, R. Marcas de uma cultura lesbofóbica em narrativas de docentes lésbicas. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 284-310, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11398>. Acesso em: 12 set. 2025.

LIMA, M. A. S.; SALDANHA, A. A. W. (In)visibilidade lésbica na saúde: análise de fatores de vulnerabilidade no cuidado em saúde sexual de lésbicas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vQxmpLZ86cRB7bMCkNWS94N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

LIMA, M. A. S. *et al.* Análise do preconceito e da discriminação de profissionais de saúde contra usuárias lésbicas em Unidades Básicas de Saúde. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 9, p. 01-14, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/43350/34889>. Acesso em: 12 set. 2025.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MANTOVANI, J. P.; VASCONCELOS, N. Mulheres, pretas e lésbicas: repensando a saúde mental. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, v. 31, n. 1, p. 87-94, 2023. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/mudancas/article/view/675>. Acesso em: 12 set. 2025.

MAYORGA, C. *et al.* As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: Colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 463-484, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mLjXKs35xcKRzzFFzbF3QC/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2025.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychol Bull**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ilan-Meyer/publication/10581240_Prejudice_Social_Stress_and_Mental_Health_in_Lesbian_Gay_and_Bisexual_Populations_Conceptual_Issues_and_Research_Evidence/links/00463531a24d8a4f42000000/Prejudice-Social-Stress-and-Mental-Health-in-Lesbian-Gay-and-Bisexual-Populations-Conceptual-Issues-and-Research-Evidence.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.

MOURA, S. N. C.; RAMOS, M. M. A mulher lésbica é mulher para a Lei Maria da Penha?. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 2, p. 1168-1199, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/N99bHhTK3v9CW366bHDDQDc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLIDORO, M. *et al.* Mulheres lésbicas e violência: análise das notificações de violência no estado do rio grande do sul. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Mato Grosso, v. 3, n. 11, p. 46-61, set. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11104/7966>. Acesso em: 12 set. 2025.

REIS, K. C. T.; LOPES, M. Visibilidade lésbica: existência como resistência. **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 7, n. 14, p. 249-264, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/9060>. Acesso em: 12 set. 2025.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 08 ago. 2025.

ROCHA, I. A.; SOUZA, T. M. C.; FRANCO, M. N. Investigando as violências sofridas por mulheres lésbicas universitárias. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, v. 27, n. 1, p. 39-57, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682021000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2025.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. **Revista Nueva Antropología**, v. 7, n. 30, p. 157-209, 1986. Disponível em: <https://seminariolecturasfeministas.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/01/gayle-rubin-traffic-de-mujeres.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.

SANTOS, J. A. S. Movimento lésbico-interseccional no Nordeste: história e atuação do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI). **Revista Inter-Legere**, v. 7, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/33914>. Acesso em: 12 set. 2025.

SAWAIA, Bader *et al.* (org.). **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. Disponível em: <https://blogpsicologiablog.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/09/as-artimanhas-da-excluso3a3o-sawaia-org.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2025.

SILVA, A. N.; GOMES, R. Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, v. supl. 3, p. 5351-5360, 2021. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220527221431id_/https://www.scielo.br/j/csc/a/CT4qkJ8Ccczf6PtLHyw4w7n/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Z. P.; CARVALHO, M. I. S. S. Professoras lésbicas: em que raios de silêncio podemos encontrá-las. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, p. 224-253, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2904>. Acesso em: 12 set. 2025.

SIMÕES, J. A.; CARRARA, S. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos pagu**, n. 42, p. 75-98, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bv9bTcbsRfpjqNvbjgky9gJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2025.

SOARES, S. F. Engendrando novos territórios políticos: um caso de resistência lésbica periférica. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM. Les Cahiers ALHIM**, n. 41, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/9969#quotation>. Acesso em: 12 set. 2025.

SOUSA, E. B.; FIGUEIREDO, A. “Branca é lésbica e preta é sapatona oh o erro?!: Um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro de Salvador/Ba. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 8, n. 4, p. 6–27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/51679>. Acesso em: 12 set. 2025.

SOUZA, J. A.; CHACHAM, A. S. O pessoal é político: reflexões sobre resistências lésbicas entre as montanhas de Minas Gerais durante os anos de 1970-1990. **Simbiótica Revista Eletrônica**, v. 10, n. 2, p. 120-139, 2023. Disponível em: <https://oaji.net/articles/2023/6933-1693073475.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TORRES, M. A.; PEDROSO, A. O reconhecimento de existências lésbicas e a lesbofobia no ensino superior. **Linhas críticas**, v. 26, p. 1-18, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v26/1981-0431-LC-26-e32636.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.